

Análise do perfil das Cooperativas, Associações e Empreendimentos Seleccionadas no Programa Mais Gestão nos Estados do Sul do Brasil 2024-25

Wanessa Pedrinha Nascimento¹

Paola Beatriz May Rebollar²

Marlene Grade³

Cristiano Desconsi⁴

Rui Alvacir Netto⁵

Thayná Dias Johann⁶

RESUMO

O Programa Mais Gestão é uma política pública que visa fortalecer cooperativas, associações e empreendimentos solidários da agricultura familiar por meio de suporte técnico, capacitação e facilitação de acesso a mercados. Este estudo analisa o perfil das organizações seleccionadas para a atuação do programa na promoção de práticas agroecológicas, inclusão de mulheres e jovens na governança e engajamento em políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os dados indicam que, embora haja avanço na adoção de práticas sustentáveis e significativa presença feminina na liderança, a participação de jovens ainda é limitada. O apoio do programa é essencial para superar desafios de certificação agroecológica e aumentar a inserção nos mercados governamentais, consolidando o papel dessas organizações no desenvolvimento econômico e na segurança alimentar das comunidades rurais.

Palavras-chave: agricultura familiar; agroecologia; inclusão social; governança; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento rural sustentável reflete significativamente o trabalho realizado por muitas cooperativas, associações e empreendimentos. As quais desempenham um papel significativo na sociedade ao promover o desenvolvimento dos territórios. Segundo Costabeber e Caporal (2003), "o desenvolvimento, em sua formulação mais ampla, significa a realização de potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma

¹ Estudante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). wanessanascimento.ufsc@gmail.com

² Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). paola.rebollar@ufsc.br

³ Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). marlene.grade@ufsc.br

⁴ Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). crdesconsi@gmail.com

⁵ Analista do projeto Mais Gestão MDA/UFSC. netto.rui@gmail.com

⁶ Estudante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). thayna_johann@hotmail.com



sociedade, em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental e com seus valores políticos e éticos". Além disso, estas organizações participam do movimento para a inclusão social, a geração de renda e empregos, e a qualidade de vida destas comunidades. Isso é possível através de práticas sustentáveis e inovadoras, que podem envolver a produção agroecológica ou orgânica. Dentro deste princípio de inclusão social, algumas destas organizações são lideradas por mulheres e jovens, permitindo que essas categorias, muitas vezes subestimadas, ocupem cargos de tomada de decisões e escolhas. Continuando a abordar o desenvolvimento rural sustentável, podemos incluir as práticas de produção agroecológicas e orgânicas, que ocupam um nicho diferente das produzidas em sistemas convencionais. Estas práticas são parte de uma solução para buscar o equilíbrio entre a produção, consumo e o meio ambiente. Destaca-se que:

os problemas econômicos, sociais e ecológicos causados pelo modelo convencional de desenvolvimento rural são objetivamente certos: uma agricultura escassamente competitiva, que necessita de rígidas intervenções públicas para garantir preços adequados aos consumidores e rendas lucrativas aos produtores (Fernández & García, 2001, p. 17).

A conexão entre o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das cooperativas é de grande importância para entender o impacto de transformação que pode ser gerado por estas cooperativas, associações e empreendimentos solidários através destas políticas de apoio à qualificação.

O Programa Nacional de Apoio à Qualificação da Gestão dos Empreendimentos da Agricultura Familiar - Mais Gestão é uma política pública promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Seu objetivo principal é apoiar cooperativas, associações e empreendimentos solidários da agricultura familiar, aprimorando a gestão administrativa e facilitando o acesso às políticas públicas voltadas à comercialização de produtos. Instituído pela Portaria MDA N° 26, de 10 de agosto de 2023, o Programa busca fortalecer esses empreendimentos em suas operações diárias e sua sustentabilidade no mercado.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com o MDA e mediante um Termo de Execução Descentralizado (TED: n° 30879420240001-002548), coordena a implementação do Programa Mais Gestão para promoção e fortalecimento de cooperativas, associações e empreendimentos solidários da agricultura familiar no sul do Brasil. Que contempla os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O número do Programa disponível no sistema da UFSC é 202317271. Essa colaboração permite o atendimento de 60 cooperativas, associações e empreendimentos, distribuídos igualmente entre os três estados. As análises apresentadas foram elaboradas baseadas em informações obtidas por meio de uma ação de extensão.

Essas organizações são acompanhadas e assessoradas por analistas contratados com recursos do Programa, os quais oferecem suporte técnico para resolver desafios comuns, como a organização contábil, melhoria da governança, acesso a políticas públicas de comercialização (Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar), além de estratégias de marketing. Desta forma, o Programa Mais Gestão contribui diretamente para o fortalecimento destas organizações na região.

Dentro deste trabalho abordaremos as características das cooperativas, associações e empreendimentos solidários. Desta forma iremos analisar as respostas obtidas através de questionários online respondidos por responsáveis da organização e que foram organizados em planilhas eletrônicas que permitirão o melhor entendimento dos resultados.

METODOLOGIA

Neste estudo, a coleta de dados foi realizada por meio de um questionário digital, aplicado a todas as cooperativas, associações e empreendimentos inscritos no Programa Mais Gestão. O questionário é composto por aproximadamente 27 questões e teve início com a identificação e caracterização das organizações. Algumas das perguntas envolviam o tempo de atividade do empreendimento, sua origem, se a organização é oriunda de assentamentos da reforma agrária, de povos e comunidades tradicionais, ou da agricultura familiar. Além disso, foi questionado se as organizações participam de redes de cooperativismo ou associativismo. Outras perguntas abordaram aspectos de produção, indagando se o empreendimento realiza produção agroecológica, sócio biodiversa ou orgânica (certificada ou em processo de transição). Por fim, as últimas perguntas visavam entender o perfil dos responsáveis ou sócios, por exemplo, se possuem mulheres e jovens em sua composição. Até o período atual haviam sido selecionadas 52 das 60 cooperativas desejadas. A resposta ao questionário, intitulado no projeto como anexo I, foi um dos pré requisitos de seleção das entidades. Estas informações foram reunidas em uma planilha eletrônica que possibilitou a identificação dos principais pontos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados coletados conseguimos entender sobre a implementação de práticas agroecológicas, a inclusão de mulheres e jovens nas estruturas de governança das cooperativas, associações, e empreendimentos e o engajamento das organizações em programas governamentais de compra.

Produção e/ou Transição agroecológica: Das 52 cooperativas selecionadas até o momento, 44 responderam à pergunta: “A entidade/empreendimento possui produção agroecológica, sociobiodiversa ou orgânica certificada?”. Esta pergunta foi realizada de múltipla escolha, tendo seis opções de respostas. Para facilitar as análises foram agrupadas em 4 opções sendo elas (Sim, de 1 a 25%| Sim, de 25 a 50%| Sim, de 50 a 100%| 0). Analisando em conjunto outra questão semelhante que se refere ao processo de transição agroecológica: “A entidade/empreendimento possui produção agroecológica, sócio biodiversa ou orgânica em processo de transição?”. Esta também foi uma pergunta com respostas de múltiplas escolhas que foram agrupadas em (Sim, de 1 a 10%| Sim, de 10 a 25%| Sim, de 25 a 50%| Sim, de 50 a 100%| 0).

Das organizações selecionadas, uma parcela significativa ainda não possui produção agroecológica certificada, enquanto outras estão em diversos estágios de transição. Estes dados apontam que uma minoria das organizações conseguiu implementar as práticas necessárias de produção agroecológica em sua totalidade, enquanto o restante enfrenta barreiras para adoção completa. Podemos assumir que isso sugere a presença de

desafios sejam eles de cunho financeiro, técnico ou logísticos que atrapalham o progresso da transição. Este movimento da transição agroecológica, embora um pouco sutil, reflete condições positivas em direção a busca de produções mais sustentáveis.

Tabela 1- Produção e/ou Transição agroecológica

Certificadas Agroecológicas		Em transição	
Nº de Respostas	Percentual	Das respostas anteriores, quantas estão em transição?	Percentual
10	1 a 25%	1	0
		6	1 a 10%
		2	10 a 25%
		1	25 a 50%
		0	50 a 100%
4	25 a 50%	1	0
		2	1 a 10%
		0	10 a 25%
		0	25 a 50%
		1	50 a 100%
7	50 a 100%	2	0
		1	1 a 10%
		2	10 a 25%
		2	25 a 50%
		0	50 a 100%
23	0	16	0
		2	1 a 10%
		4	10 a 25%
		0	25 a 50%
		1	50 a 100%

Fonte: Elaborados pelos autores com dados primários da ação de extensão, 2024

Presença de mulheres nas organizações: Das 52 cooperativas, associações e empreendimentos solidários, selecionadas no Programa Mais Gestão, 45 responderam à pergunta: “Qual o Número de Mulheres na Direção ou Conselhos da Organização?”. As opções de respostas eram (0 | 1 ou 2 | 3 ou 4 | 5 ou mais).



Tabela 2 - Presença de mulheres nas organizações

Opções (Quantidade de mulheres)	Quantidade de respostas
0	1
1 ou 2	8
3 ou 4	26
5 ou mais	10

Fonte: Elaborados pelos autores com dados primários da ação de extensão, 2024

No caso dos dados relacionados à presença de mulheres, encontramos um resultado positivo já que das 52 organizações, 36 relataram possuir dentre 3 a 5 mulheres ou mais em seus conselhos e direções. Com esse nível de participação feminina temos um indicativo de inclusão social e igualdade de gênero nas cooperativas, associações e empreendimentos. A integração de mulheres em cargos de tomada de decisão reforça o compromisso destas organizações com políticas inclusivas e o impacto social que elas podem fazer no território.

Presença de jovens nas organizações: Das 52 cooperativas, associações e empreendimentos solidários, 41 responderam à pergunta: “Qual o número de jovens (até 29 anos) sócios/associados na Direção ou Conselhos da Organização?”. As opções de respostas eram (0 | 1 ou 2 | 3 ou 4 | 5 ou mais).

Tabela 3 - Presença de jovens nas organizações

Opções (Quantidade de jovens)	Quantidade de respostas
0	23
1 ou 2	13
3 ou 4	2
5 ou mais	3

Fonte: Elaborados pelos autores com dados primários da ação de extensão, 2024

Diferente do que foi possível observar nos dados relacionados à presença de mulheres, no caso dos jovens vemos que a inclusão é menor. Das 41 organizações que responderam à questão, 23 indicam não possuir jovens em seu conselho ou direção. Isto é um dado que pode ser alarmante já que existe um desafio de integração de jovens na governança dessas organizações, o que pode limitar a inovação, renovação dos integrantes da direção das organizações que favoreçam a continuidade das ações agroecológicas, sejam de transição ou já certificadas. O baixo nível de participação juvenil sugere uma área de melhoria para o Programa Mais Gestão, com a necessidade de estratégias que incentivem a capacitação e a atração de jovens para posições de liderança.

Acesso a políticas públicas (PAA e PNAE): Das 52 cooperativas, associações e empreendimentos solidários, 44 responderam à pergunta: “Qual o número de contratos firmados com compras governamentais (PNAE e PAA) com entrega efetiva?”. As opções de respostas eram livres e por isso foram agrupadas em (1 a 5 | 6 a 10 | 10 a 20 | > 20 | > 50 | > 90) sobre acesso a PAA E PNAE.

Tabela 4 - Quantidade de contratos firmados

Opções	Quantidade de respostas
0	9
1 a 5	20
6 a 10	7
10 a 20	1
> 20	4
> 50	1
> 90	2

Fonte: Elaborados pelos autores com dados primários da ação de extensão, 2024

Das que responderam que possuem algum tipo de produto certificado agroecológico, sócio biodiverso ou orgânico, 21 afirmaram que de 1 a 100% dos produtos são agroecológicos certificados. Destas associações quantos entregam para PAA E PNAE é o tema desta última análise.

Tabela 5 - Agroecológicos com contrato firmado com PAA ou PNAE

Agroecológicas		Já firmaram algum contrato de PAA/PNAE	
Nº de Respostas	Percentual	Das respostas quantas estão em transição?	Nº de contratos
10	1 a 25%	3	1 a 5
		3	6 a 10
		2	> 20
		1	> 90
		1	0
4	25 a 50%	4	1 a 5
7	50 a 100%	3	1 a 5
		2	6 a 10
		1	> 90
		1	0

Fonte: Elaborados pelos autores com dados primários da ação de extensão, 2024

Por fim, o engajamento em programas governamentais como o PAA e o PNAE revela uma integração relevante com políticas públicas de apoio à agricultura familiar, mas com espaço para maior inserção. O suporte do Programa Mais Gestão é crucial para que as organizações superem os desafios de acesso a esses mercados e aumentem sua participação, consolidando seu papel na segurança alimentar e no desenvolvimento econômico das comunidades locais.

CONCLUSÕES

As análises realizadas com base nos dados coletados apontam considerações sobre a área de atuação que o Programa Mais Gestão terá para realizar nas cooperativas, associações e empreendimentos selecionados. O fortalecimento das organizações da agricultura familiar possui como um de seus focos na sustentabilidade, inclusão social e acesso a mercados.

Em primeiro lugar, observa-se que o processo de transição para práticas agroecológicas, embora promissor, ainda enfrenta desafios que impedem muitas organizações de obter certificações completas. Este é um indicativo de que o suporte técnico e financeiro é essencial para acelerar a adoção dessas práticas, garantindo que mais cooperativas alcancem uma produção sustentável e ambientalmente responsável.

A análise também evidencia um sucesso considerável na inclusão de mulheres em posições de liderança, reforçando o compromisso do programa com a equidade de gênero. Esse aspecto é fundamental para a promoção de uma governança mais diversa e representativa, contribuindo para a transformação social nas comunidades onde essas organizações atuam. No entanto, a baixa participação de jovens na liderança destaca uma área de melhoria, sendo necessária uma maior promoção de oportunidades para os jovens, o que é essencial para a sustentabilidade de longo prazo dessas organizações.

Por fim, o engajamento em programas governamentais como o PAA e o PNAE revela uma integração relevante com políticas públicas de apoio à agricultura familiar, mas com espaço para maior inserção. O suporte do Programa Mais Gestão é crucial para que as organizações superem os desafios de acesso a esses mercados e aumentem sua participação, consolidando seu papel na segurança alimentar e no desenvolvimento econômico das comunidades locais.

Em resumo, o Programa Mais Gestão terá uma ampla área de contribuição para o fortalecimento das cooperativas e associações, promovendo práticas agroecológicas, inclusão social e sustentabilidade econômica. No entanto, são necessárias ações adicionais para apoiar a transição completa para práticas agroecológicas e para incentivar a participação de jovens, ampliando o impacto positivo do programa.

REFERÊNCIAS

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. Publicado em VELA, Hugo (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**, p. 157-194. Texto base da palestra proferida no “I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável”, Universidade Federal de Santa Maria, 2002.

FERNÁNDEZ, X. S.; GARCIA, D. D. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 17-24, abr./jun. 2001.